

Depois de Assad

Al Jolani tem um passado de islamista radical, mas apresentou-se com abertura ao diálogo com as minorias étnicas e religiosas. E até com as elites do regime anterior. Prevalecerá esse tom?

Nuno Severiano Teixeira | *Público* | 11 de Dezembro de 2024

Durante meio século a dinastia Assad governou a Síria com mão-de-ferro. Brutalizou o seu povo com uma repressão feroz e com o apoio de aliados poderosos: o Irão e a Rússia. Desde 2011 que o país estava mergulhado numa sangrenta guerra civil, que, em 13 anos, custou a vida a cerca de meio milhão de pessoas, provocou cinco milhões de refugiados e sete milhões de deslocados internos, a esmagadora maioria, a viver no limiar da pobreza. Em 2017, as potências envolvidas no conflito - Rússia, Irão e Turquia - chegaram a um acordo para uma "desescalada" e o conflito parecia congelado. Mas, em violação do acordo, a Rússia e o Irão continuaram o apoio a Assad, que parecia estar a ganhar a guerra. Era essa, pelo menos, a percepção internacional.

Pura ilusão. Na verdade, Assad não controlava boa parte do território, o regime estava a desmoronar-se por dentro e só se mantinha em Damasco pela acção dos mercenários iranianos e o apoio da aviação russa. Agora, uma coligação de grupos rebeldes, liderada por Al Joulani, tomou Aleppo, depois Hama e, finalmente, marchou sobre Damasco.

Tomou o poder, sem resistência, e o regime caiu como um castelo de cartas.

Assim, uma guerra civil de 13 anos, altamente internacionalizada, acaba em dez dias sem intervenção internacional. Porquê? Por causa de dois terramotos geopolíticos nos seus, até agora, poderosos aliados. A Rússia exaurida pelo esforço de guerra na Ucrânia, incapaz de manter o nível de protecção aérea e apoio militar às forças armadas sírias, mal pagas, desmoralizadas e com parte dos soldados sunitas a desertar para as forças rebeldes. E o Irão ocupado no conflito com Israel e enfraquecido pela perda acelerada do chamado "eixo da resistência anti-sionista": o Hamas, militarmente residual e, sobretudo, o Hezbollah, fundamental no apoio militar terrestre às tropas de Assad, agora muito enfraquecido e limitado ao sul do Líbano.

A primeira pergunta nestas situações é sempre: quem ganhou e quem perdeu? Em primeiro lugar, perdeu Assad, que acabou com o regime, fechou a dinastia, e fugiu para Moscovo.

Em segundo lugar, perdeu Moscovo. Para a Rússia é uma derrota indisfarçável. Quando interveio na Síria, em 2015, o objectivo de Putin era reverter a narrativa do declínio russo, afirmar a Rússia como potência global e mostrar que contava no Médio Oriente. Falhou e mostrou a sua incapacidade de proteger os aliados. Depois

da derrota está em causa a permanência das bases militares russas na Síria - Tartus e Lakatia - e com elas a capacidade de projecção do poder russo no Mediterrâneo e no Médio Oriente. Mas está em causa mais do que isso: o seu prestígio internacional. E no momento em que se começa a falar de um acordo de paz para pôr fim à beligerância na Ucrânia, a Rússia não poderá sentar-se à mesa das negociações em posição de força.

Em terceiro lugar, perdeu o Irão e o "eixo da resistência anti-sionista" que lidera e que era o instrumento político militar central do crescente xiita na região. O Irão perdeu sucessivamente o Hamas, o Hezbollah e, agora, a Síria, o que reduz pesadamente a sua capacidade de projecção de poder na região.

Pelo contrário, a Turquia é a primeira a ganhar com este desfecho da guerra civil. A Turquia é parte interessada por duas razões: primeiro, por causa dos curdos; depois, por causa dos refugiados. Quer, em primeiro lugar, evitar a formação de um Estado curdo no Nordeste da Síria. E quer, em segundo lugar, inverter o fluxo migratório e reenviar para a Síria parte dos milhões de refugiados sírios na Turquia. Tentou insistentemente negociar com Assad, que sempre recusou. Até que Erdogan, farto, decidiu apoiar, treinar e armar o grupo rebelde, agora vitorioso. Estará em boas condições para conseguir os seus objectivos e, numa linha neotomana, alargar a sua influência na região.

Os sírios festejaram o fim do ditador. Mas não sabemos, ainda, se o povo sírio será ou não vitorioso. Al Jolani tem um passado de islamista radical mas apresentou-se como um moderado. Com um tom conciliador e abertura ao diálogo com as muitas minorias étnicas e confissões religiosas. E até com as elites do regime anterior. Prevalecerá esse tom? Como resolverá a questão curda? Será capaz de conseguir um consenso político e construir um governo central? Será um processo exclusivamente interno ou a comunidade internacional e a ONU podem ajudar? A transição política está em curso, mas são mais as dúvidas e apreensões do que as certezas. Começa, agora, o depois de Assad.

<https://www.publico.pt/2024/12/10/opiniao/opiniao/assad-2115177>